



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA
Prefeitura Municipal de Dois Riachos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
Processo Administrativo nº 0206029/2025

Ata de Registro de Preços nº 0013/2025

O **MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na **Rua Tercília Pimentel, nº 290, Centro, CEP: 57570-000**, na cidade de **Dois Riachos/AL**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.250.908/0001-32**, neste ato representado pela sua **Secretária de Saúde, Sra. EDIJÁRIA CAMILO SANTOS SILVA**, nomeada pela Portaria nº 02/2025 de 03 de janeiro de 2025, consoante advento do **Decreto Municipal nº 003/2025** de 03 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da **licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas (AMA) de 13 de agosto de 2025, processo administrativo n.º **0206029/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços (RP)** para eventual ou futura contratação de empresa para fornecimento parcelado de **"MEDICAMENTOS"**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo **I** do **edital de licitação** n.º **90003/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Itemdo TR	Fornecedor DIMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.678.114/0001-74 , Rua Osman Loureiro, 146, São Luiz, Arapiraca/AL, CEP.: 57.301-260, MARCELO AUGUSTO SEABRA DE MELO , empresário, portadora da RG de nº 0545618843 SSP/BA, inscrito no CPF 630.390.285-53, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Leal Lima Verde, 1079, Sapiroanga, Fortaleza-CE.						
Item	Especificação	Marca	CATMAT	Unidadede Medida	Quantidade	Valor Unit.	ValorTotal
52	CEFALEXINA. 500 MG. COMPRIMIDO.	EMS	267625	COMPRIMIDO.	30000	R\$ 0,57	R\$ 17.100,00
60	CLARITROMICINA 500 MG. COMPRIMIDO.	EMS	268439	COMPRIMIDO.	500	R\$ 1,58	R\$ 790,00
66	CLORETO DE SÓDIO 0,9 %. SOLUÇÃO NASAL. FRASCO 30 ML.	HYPERA	437160	FRASCO	500	R\$ 0,95	R\$ 475,00
78	DEXAMETASONA 0,1%. CREME. BISNAGA 10 G.	TEUTO	267643	BISNAGA	2000	R\$ 1,75	R\$ 3.500,00
83	DIAZEPAM. 10 MG. COMPRIMIDO.	NEO QUIMICA	267197	COMPRIMIDO.	50000	R\$ 0,06	R\$ 3.000,00



90	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 2 ML.	SANTISA	268252	AMPOLA	15000	R\$ 0,65	R\$ 9.750,00
93	ENALAPRIL MALEATO 5 MG. COMPRIMIDO.	GERMED	267650	COMPRIMIDO.	40000	R\$ 0,04	R\$ 1.600,00
95	EPINEFRINA 1 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML.	HIPOLABOR	268255	AMPOLA	600	R\$ 1,13	R\$ 678,00
98	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG. DRÁGEA.	BOEHRINGER	267283	DRÁGEA.	5000	R\$ 0,38	R\$ 1.900,00
108	FITOMENADIONA. 10 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML.	CRISTALIA	292399	AMPOLA	800	R\$ 1,79	R\$ 1.432,00
109	FLUCONAZOL. 150 MG. CÁPSULA.	CIMED	267662	CÁPSULA.	3000	R\$ 0,46	R\$ 1.380,00
111	FUROSEMIDA 10 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 2ML	SANTISA	267666	AMPOLA	4000	R\$ 0,69	R\$ 2.760,00
113	GENTAMICINA 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1ML.	SANTISA	268256	AMPOLA	200	R\$ 1,21	R\$ 242,00
120	HALOPERIDOL. 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML.	UNIAO QUIMICA	292196	AMPOLA	300	R\$ 2,14	R\$ 642,00
122	HALOPERIDOL. 5 MG. COMPRIMIDO	CELLERA	267669	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,17	R\$ 5.100,00
130	HIDROXIZINA CLORIDRATO. 2 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO 100ML.	PHARLAB	394263	FRASCO	600	R\$ 4,59	R\$ 2.754,00
131	IBUPROFENO. 300 MG. COMPRIMIDO.	TEUTO	267677	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,07	R\$ 2.100,00
136	ISOSSORBIDA DINITRATO. 5MG. SUBLINGUAL. COMPRIMIDO.	EMS	273395	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,29	R\$ 290,00
145	LIDOCAÍNA CLORIDRATO. 20 MG/ML. FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO 20 ML.	HYPOFARMA	269843	AMPOLA	500	R\$ 4,61	R\$ 2.305,00
152	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML. FRASCO 10 ML.	TEUTO	267311	FRASCO	500	R\$ 1,15	R\$ 575,00
154	METRONIDAZOL 100 MG/G VAGINAL. C/ APLICADOR. BISNAGA 50G.	PRATI DONADUZZI	345300	BISNAGA	800	R\$ 6,25	R\$ 5.000,00
156	MICONAZOL NITRATO. 20 MG/G. CREME. BISNAGA 28G.	CIMED	268286	BISNAGA	600	R\$ 2,88	R\$ 1.728,00
160	MORFINA, SULFATO 10MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML.	CRISTALIA	304871	AMPOLA	300	R\$ 2,65	R\$ 795,00
167	NISTATINA 100.000 UI/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 50 ML.	PRATI DONADUZZI	267378	FRASCO	300	R\$ 5,26	R\$ 1.578,00
171	ONDANSETRONA, CLORIDRATO. 2 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA 2 ML.	HYPORFARMA	268504	AMPOLA	800	R\$ 1,11	R\$ 888,00
179	PERMETRINA 50 MG/ML. LOÇÃO. FRASCO 60 ML.	MULTILAB	363597	FRASCO	400	R\$ 3,26	R\$ 1.304,00
189	RINGER COM LACTATO DE SÓDIO. SOLUÇÃO INJETÁVEL. SISTEMA FECHADO. FRASCO/AMPOLA 500 ML.	FARMACE	303292	FRASCO/AMPOLA	4000	R\$ 6,89	R\$ 27.560,00
193	ROSUVASTATINA. CÁLCICA. 20 MG. COMPRIMIDO.	EMS	282882	COMPRIMIDO	3000	R\$ 0,23	R\$ 690,00
194	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL. SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE. CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L. PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL. ENVELOPE 27,9G.	NATULAB	446105	SACHÊ	3000	R\$ 0,72	R\$ 2.160,00
199	SIMETICONA 75 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL – GOTAS. FRASCO 10 ML.	BIOSINTETICA	412965	FRASCO	3000	R\$ 1,37	R\$ 4.110,00
204	SULFAMETOXAZOL. ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA. 40MG + 8MG/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 100 ML.	TEUTO	308884	FRASCO	500	R\$ 3,12	R\$ 1.560,00
205	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%. INJETÁVEL. AMPOLA 10 ML.	SAMTEC	268076	AMPOLA	200	R\$ 1,17	R\$ 234,00
206	SULFATO FERROSO 25MG/ML. SOLUÇÃO ORAL- GOTAS. FRASCO 30ML.	AIRELA	292345	FRASCO	400	R\$ 1,11	R\$ 444,00
212	VITAMINAS DO COMPLEXO B. COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5 E B6. XAROPE. FRASCO 100 ML.	ARTE NATIVA	396695	FRASCO	600	R\$ 1,83	R\$ 1.098,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE
52	CEFALEXINA. 500 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO.	1250	2500	30000
60	CLARITROMICINA 500 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO.	21	42	500
66	CLORETO DE SÓDIO 0,9 %. SOLUÇÃO NASAL. FRASCO 30 ML.	FRASCO	21	42	500
78	DEXAMETASONA 0,1%. CREME. BISNAGA 10 G.	BISNAGA	83	167	2000
83	DIAZEPAM. 10 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO.	2083	4167	50000
90	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 2 ML.	AMPOLA	625	1250	15000
93	ENALAPRIL MALEATO 5 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO.	1667	3333	40000
95	EPINEFRINA 1 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML.	AMPOLA	25	50	600
98	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG. DRÁGEA.	DRÁGEA.	208	417	5000
108	FITOMENADIONA. 10 MG/ML.INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML.	AMPOLA	33	67	800
109	FLUCONAZOL. 150 MG. CÁPSULA.	CÁPSULA.	125	250	3000
111	FUROSEMIDA10 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMPOLA	167	333	4000
113	GENTAMICINA 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1ML.	AMPOLA	8	17	200
120	HALOPERIDOL. 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML.	AMPOLA	13	25	300
122	HALOPERIDOL. 5 MG. COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1250	2500	30000
130	HIDROXIZINA CLORIDRATO. 2 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO 100ML.	FRASCO	25	50	600
131	IBUPROFENO. 300 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	1250	2500	30000
136	ISOSSORBIDA DINITRATO. 5MG. SUBLINGUAL. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	42	83	1000
145	LIDOCAÍNA CLORIDRATO. 20 MG/ML. FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO 20 ML.	AMPOLA	21	42	500
152	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML. FRASCO 10 ML.	FRASCO	21	42	500
154	METRONIDAZOL 100 MG/G VAGINAL. C/ APLICADOR. BISNAGA 50G.	BISNAGA	33	67	800
156	MICONAZOL NITRATO. 20 MG/G. CREME. BISNAGA 28G.	BISNAGA	25	50	600
160	MORFINA, SULFATO 10MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML.	AMPOLA	13	25	300
167	NISTATINA 100.000 UI/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 50 ML.	FRASCO	13	25	300
171	ONDANSETRONA, CLORIDRATO. 2 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA 2 ML.	AMPOLA	33	67	800
179	PERMETRINA 50 MG/ML. LOÇÃO. FRASCO 60 ML.	FRASCO	17	33	400
189	RINGER COM LACTATO DE SÓDIO. SOLUÇÃO INJETÁVEL. SISTEMA FECHADO. FRASCO/AMPOLA 500 ML.	FRASCO/AMPOLA	167	333	4000
193	ROSUVASTATINA. CÁLCICA. 20 MG. COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	125	250	3000
194	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL. SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE. CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L. PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL. ENVELOPE 27,9G.	SACHÊ	125	250	3000
199	SIMETICONA 75 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL – GOTAS. FRASCO 10 ML.	FRASCO	125	250	3000
204	SULFAMETOXAZOL. ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA. 40MG + 8MG/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 100 ML.	FRASCO	21	42	500



205	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%. INJETÁVEL. AMPOLA 10 ML.	AMPOLA	8	17	200
206	SULFATO FERROSO 25MG/ML. SOLUÇÃO ORAL-GOTAS. FRASCO 30ML.	FRASCO	17	33	400
212	VITAMINAS DO COMPLEXO B. COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5 E B6. XAROPE. FRASCO 100 ML.	FRASCO	25	50	600

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução



descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços,



poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Dois Riachos/AL, 26 de agosto de 2025



Assinatura digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Representante legal do CONTRATANTE

Assinatura digital

DIMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Representante legal do CONTRATADO



PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!

Em caso de assinatura por meio eletrônico, em qualquer uma das modalidades de assinatura eletrônica prevista em lei, será dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura, nos termos do **parágrafo 4.º ao art. 784 do Código de Processo Civil (CPC) Brasileiro**.